

Um líder conservador no Império: perfil, atuação política e redes de sociabilidade do Visconde Camaragibe, em Pernambuco e na Corte, entre as décadas de 1850-1860.

SUZANA CAVANI ROSAS*

Um dos chefes conservadores mais afamados e atuantes na província de Pernambuco foi o Barão e depois *Visconde de Camaragibe*, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, que respondeu pela chefia do seu partido durante quase toda a vida em sua terra natal. Desde a década de 1840 até a sua morte em 1875, esse influente “guabiru” nunca deixou de ser figura de relevo da política, sendo sempre cortejado por seus correligionários de partido em sua província, na sua região e na Corte. Em situação de predomínio conservador nos gabinetes, foi frequentemente cortejado pelos ministros. Integrava a família Cavalcanti há muito tempo enfronhada na política. Seu pai era Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, o Coronel Suassuna, senhor de engenho do mesmo nome que participou destacadamente da Revolução 1817, ao lado de seus filhos, Luis Francisco de Paula Cavalcanti e Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (CADENA, 2011: 58-59). Quando da formação dos dois partidos imperiais, na proximidade do início do Segundo Reinado, o “clã Cavalcanti” não titubeou e seus parentes se infiltraram tanto nas fileiras conservadoras quanto nas liberais. Um dos irmãos mais velho de Camaragibe, o Visconde de Albuquerque (Holanda Cavalcanti), tornou-se personalidade de peso no Partido Liberal, sendo senador, ministro e conselheiro de Estado .

Política à parte, a ilustre família manteve-se unida e quase sempre no poder, já que estava distribuída entre os dois partidos imperiais, o que a protegia da ameaça da alternância partidária no Império. Camaragibe desposou Ana Tereza Correia de Araújo, a filha do Coronel Manoel Correia de Araújo, também membro da classe dos senhores de engenhos e escravos, que fez parte governo provisório revolucionário de 1817, como representante da lavoura na sua composição, mas que depois mudou de lado e se juntou as forças contrarrevolucionárias (BERNADES, 2002: 210). Ampliação de riqueza e poder, certamente, foram os melhores frutos desse enlace matrimonial, entre outros tantos ocorridos entre familiares das elites por todo o Brasil do Oitocentos.

Sua trajetória política caminhou aos modos definido pelo historiador José Murilo de Carvalho. Formou-se em Direito, foi deputado provincial em onze legislaturas e deputado

* Doutora e professora da graduação e pós-graduação do Departamento de História da UFPE.

geral em seis¹, chegou finalmente ao Senado em 1869, quando seu partido retornou ao poder, pondo fim a fase de predomínio dos progressistas. Na Assembleia e Câmara ocupou o posto de seu presidente. Fez, portanto, parte da elite imperial que se projetava além do círculo provincial, embora não tenha chegado ao Conselho de Estado e nem houvesse participado de nenhum ministério. Cabe observar, entretanto, que sua formação em Direito, começada em Coimbra, foi concluída na Alemanha, o que a deferiu em parte daquela assinala por Murilo de Carvalho para a elite política Imperial. Todavia, assim como em Coimbra, as “ideias francesas” tinham também pouca guarita em Gottingen, o que sem dúvida contribuiu para a sua definição política em favor do movimento *Regressista*, após retornar ao seu país.

Quanto ao cargo de ministro, de acordo com *A província*, impresso de tendência liberal na década de 1870, (PEREIRA DA COSTA, 1983: 746), embora convidado recusou-se sempre a aceitá-lo. E é bem possível que tenha declinado mesmo desse convite, já que nunca foi muito dado à vida na Corte, preferindo, sempre que possível, permanecer mais tempo em sua terra natal, como poderá perceber que folhear as cartas de seus muitos correligionários, os quais, do Rio, lhe informavam de quase tudo que se passava nos espaços formais e informais do poder na capital. Note-se, aliás, que em duas legislaturas, as de 1845-1847 e 1857-1860, por um bom período tempo passou o posto de deputado para suplentes, inclusive, para assumir interinamente, em 1859, o cargo de presidente de sua província. Da sua frequente ausência na Corte, um amigo e deputado (Pinto de Campos) chegou até, a pedido do irmão de Camaragibe, o senador Holanda Cavalcanti, a recomenda-lhe uma vinda a capital do país para “beijar a mão do Imperador e dissipar assim nuvens que talvez intrigantes continuem a derramar entre nosso Imperador e os homens leais de Pernambuco”². Quase sempre presente em sua província e, geralmente, com idas e vindas, parcimoniosas, ao Rio, Camaragibe despontava como um mediador decisivo entre o centro político do país (ministério ou seu partido) e o poder local e provincial, untando as elites políticas do centro, da qual era também componente, com as da periferia do Império.

Antes, porém de perseguirmos a trajetória do Visconde de Camaragibe, cabe contextualizar o período aqui abordado, as décadas de 1850 e 1860, que foi caracterizado,

¹ Deputado provincial nas 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª legislaturas e deputado geral na 2ª, 5ª, 6ª, 10ª, 11ª e 14ª (Netto Campelo: 1979, p. 61-65).

² Carta de Pinto de Campos, Rio de Janeiro de 10/05/1855, *Arquivo do Visconde de Camaragibe*, doravante indicado com AVC. Acervo encontra-se disponível no Instituto Arqueológico, geográfico e Histórico de Pernambuco, Recife.

politicamente, por duas conjunturas particulares, a da Conciliação (1853-1857) e a do predomínio do Partido Progressista (1863-1869). A década de 1850 é o posterior a repressão à Praieira e culminou com a consolidação da “política de conciliação” entre os dois partidos imperiais. Ela foi assinalada por reformas do interesse dos liberais, realizadas por iniciativa de um chefe de governo conservador, o Marquês de Paraná. Seus principais acontecimentos foram a reforma eleitoral de 1855 e a primeira eleição por ela regida, a de 1856.

Já década de 1860, é o de consolidação de um terceiro partido no Império, o progressista, o qual se originou do desdobramento da política de Conciliação da década anterior. A época será marcada por ajustes e modificações na Lei eleitoral distrital de 1855, como também por inovações na política monetária e creditícia do Império (“Conciliação Bancária”) e ainda por uma crise financeira de grande proporção, que fará recuar a onda de inovações no campo da moeda, finanças e crédito defendida há bastante tempo pelos liberais. Nessa fase os “conservadores vermelhos”, assim denominados por terem resistido a Conciliação e ao Partido Progressista, estarão apartados do poder, por não negociarem e aceitarem qualquer concessão à pauta reformista dos seus adversários políticos. Ao seu término, o bipartidarismo e o retorno do Partido Conservador ao poder encerram essa etapa política do Império, após a dissolução do Partido Progressista e a migrações do grosso de seus quadros para o Partido Liberal, agora inovado em seu programa reformista. Nesse contexto político ultraconservador, e não por acaso, o Barão de Camaragibe tornar-se-á Visconde e depois senador.

Na década de 1850, podemos vê-lo projetar-se em sua carreira. Não de se estranhar já que o período iniciar-se com a derrota e repressão ao movimento Praieira. Entretanto, nota-se que durante o início da Conciliação do Marquês de Paraná sua projeção política continua grande, motivo que levou até os praieiros a questionarem as reais intenções do governo em relação ao seu partido. De fato, nada desagradou mais os liberais de Pernambuco que ver naquele momento um Cavalcanti, por exemplo, passar a constar em primeiro lugar na lista dos vice-presidentes de sua província.

O problema em questão, dizia respeito aos lugares vagos na lista dos vice-presidentes, que ao todo deveria constar de seis nomes. Assim, alegavam os *guabirus*, a necessidade de complementação desses lugares vazios por motivo, principalmente, do falecimento dos seus antigos ocupantes ou aposentaria e idade avançada de algum deles. Mas qual seria a relevância do posto de vice-presidente no contexto do Império? Como em toda parte, cabia ao

vice, responder pela administração da província na ausência do presidente. Porém, como no Império o tempo médio de permanência dos presidentes era de um ano e meio, mais ou menos (CARVALHO, 2003: 126), o vice, conseqüentemente, até a chegada do novo indicado ao cargo, governava com muita frequência! Além do mais, os indicados para vice eram sempre políticos naturais da província, ao contrário dos presidentes. Alguns dos escolhidos até nem tinham projeção nacional. Na realidade o fato de constarem da lista é que lhes trariam prestígio futuro para tanto. Por tudo isso, em 1854, comemoraria a imprensa “guabiru” a definição dos contemplados nessa lista, todos do seu partido, observando: “A nomeação dos vice-presidentes (...), tem hoje uma importância que é fácil verificar na satisfação com que foi recebida por todos os pernambucanos amigos da ordem e interessados sinceramente na prosperidade desta província” (*A União* apud *Liberal Pernambucano*, 11/11/1853).³

Na eleição de 1856 para Câmara, ocupava Camaragibe apenas um modesto lugar na Assembleia provincial, mas que era chefe do seu partido e peça importante das eleições era indiscutível, tal qual como nos tempo da Praieira e após essa rebelião. Naquele pleito sua correspondência particular bem nos dá uma ideia de suas relações com os deputados de Pernambuco à reeleição, com os ministros de Estado e senadores de sua província e com os novos pretendentes a um assento no Parlamento. Praticamente tudo referente às candidaturas de seu partido passa por seu crivo. Entre os deputados as reeleições que lhe escrevem em busca de apoio estavam Monsenhor Pinto de Campos, Sá e Albuquerque, Ferreira Aguiar e Nabuco de Araújo. Este último acumulava também no momento nada menos que o posto de Ministro da Justiça. Todos, até o referido ministro, recorrerão a Camaragibe em busca de sucesso nas urnas. “Apresento-me pelo círculo [eleitoral] do Recife e em segredo e com o seu auxílio pretendo também a votação do último círculo (13) do sertão: se eu for eleito por ambos, o suplente conforme a Lei será o deputado do círculo 13”, confidenciava-lhe o ministro (Rio de Janeiro, carta de 23/07/1856, AVC). Após expor esse seu plano eleitoral, indagava da sua validade ao chefe do seu partido. No final sairia candidato pelo círculo de Pau D’Alho, onde estava São Lourenço da Mata, onde Camaragibe tinha seu particular reduto eleitoral, residia e possuía um dos seus engenhos. Na mesma eleição, do Senado também pedido de socorro chegam ao chefe *guabiru* em favor de determinadas candidaturas, na voz do Marquês de Olinda (Araújo Lima):

³ Todos os jornais citados estão disponíveis, no Recife, na Fundação Joaquim Nabuco e no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Confiando no caráter particular de V. Ex^a, resolvi-me a escrever-lhe esta carta, a qual é inteiramente confidencial e escrita só para V. Ex^a.

O meu primo Dr. Joaquim Pires Machado Portella propõe-se à deputado geral pelo círculo de Goiana, onde conta com amigos que o podem ajudar no bom resultado de sua pretensão .

Eu prometi-lhe toda a coadjuvação neste negócio. E como V. Ex^a. Pode muito fazer em seu benefício, vim por meio desta solicitar seu efetivo concurso, e o de seus numerosos amigos naqueles lugares, e particularmente na freguesia de Nazareth, onde espero decidida influência (Rio de Janeiro, Carta do Marquês de Olinda Datada de 24/08/ 1856).

O mais curioso de tudo nessa eleição foi o pedido do Ministro da Justiça também em favor de um candidato da oposição para Camaragibe. “Seria repugnante que vossa excelência protegesse a causa do Villela (Jerônimo) pelo Bonito? Peço isso”, expressou-se assim Nabuco de Araujo, com certo constrangimento na correspondência (Rio, carta de 19 /09/ 1856, AVC). Tal pedido, sem dúvida não era fácil de aceitação por parte daquele *guabiru*. Verdade é que Villela Tavares sairia eleito pelo colégio referido por Nabuco. Provavelmente Camaragibe, a contragosto, preferiu atender ao pedido ministerial. Revelando esse fato os limites da autonomia do chefe do partido conservador em Pernambuco, que não arriscou uma quebra de braço com o governo central naquela questão.

Em termos de eleição, talvez a correspondência que mais se destacou em toda a troca entre Camaragibe e seus correligionários, seja a que lhe dirigiu os três “Cardiais” do partido conservador da Corte, a chamada “trindade saquaremas”, em 1860, no caso Rodrigues Torres, Visconde de Uruguai e Eusébio de Queiroz. Através dela pode-se verificar o quanto aquele *guabiru* era reconhecido como força política na sua província. Despontava na missiva como homem de confiança dos *saquaremas* que confiavam em sua influência para reeleger abancada pernambucana, quando na Corte tal possibilidade mostrava-se improvável (carta data de 23/09/1860, AVC). “Começando por lamentar o estado em que estão as nossas cousas”, pediam que “os homens honestos, que exercem alguma influência em suas províncias, se apliquem para coadjuvarem a reeleição daqueles deputados, que já deram provas de que seguem os bons princípios” (GOUVÊA, 1986: 202-203).

Posteriormente Camaragibe lamentaria, numa carta a um parente (um primo), que nunca fora pau mandando de nenhum dos “cardial” do seu partido, os quais, segundo se comentava, teriam lhe imposto até a candidatura por Pernambuco de um carioca, Sérgio Teixeira de Macedo, um ex-presidente da Província entre 1856-1857(GOUVÊA, 1986: 208) . Sem chances de ganhar nas urnas de sua terra, onde a força política da liga fazia-se arrasadora era certo que sua candidatura tenha sido recomentado pelos chefes conservadores para Pernambuco. Ordem ou pedido os “cadeias” não tiveram muito que se queixar do resultado das urnas nessa província. Afinal, em 1861, a vitória conservadora seria mais uma vez retumbante ali, mesmo porque a Liga ainda não ganhara base segura entre os pernambucanos, ao contrário do que se passava no Sul do Império. E Sérgio Teixeira de Macedo figuraria mesmo entre os integrantes da nova legislatura eleita por Pernambuco.

Mas a eleição de Sérgio Teixeira tinha o inconveniente de sacrificar candidaturas de pessoas naturais da província em favor de outras não nascidas nela. E como eleição sempre era um momento muito delicado para os chefes partidários administrarem, já que chovia pretendentes e havia poucas cadeiras a ocupar⁴, o desdobramento natural desse problema seria o ganho de desafetos entre seus conterrâneos e correligionários de lideranças como a de Camaragibe. Tais situações constituía-se um dos “ossos do ofício” de quem ostentava o lugar de chefe partidário. Curiosamente, o futuro chefe do progressista pernambucano seria Domingos de Souza Leão, posteriormente o Barão de Vila Bela, um dos candidatos *guabirus* que não conseguiu sair vitorioso nas urnas. Sentido com a falta de empenho do chefe do seu partido para com sua candidatura, menos por convicção e talvez mais para dar o troco aos que não sustentaram sua eleição, mudaria de legenda partidária na eleição seguinte, a de 1864, aderindo ao partido progressista.

Além de responder por parte dos rumos da eleição em sua província, desde o pleito primário, passando pela feitura das chapas de candidatos a eleitores e parlamentares, ainda poderia ser encontrado Camaragibe, em dia de eleição, atuando diretamente na mesa eleitoral, na qualidade de seu presidente! Em 1856, por exemplo, esteve a frente dos trabalhos no distrito eleitoral de Pau D’alho, lugar onde o já referido ministro da Justiça, Nabuco de Araujo, obteria 100% dos votos!(*Diário de Pernambuco*, 05/12/1856). Lembrando

⁴ Pernambuco possuía no Império treze cadeiras na Câmara dos Deputados, o que dava a essa província uma das bancadas mais numerosas nessa casa legislativa, junto com Rio de Janeiro, Minas e Bahia.

que esse ministro, como falamos anteriormente, já vinha discutido com Camaragibe o círculo eleitoral ideal para lançamento a sua candidatura. Pelo visto o ministro soube bem escolhê-lo ou talvez tenha sido aconselhado por Camaragibe nesse sentido. Sair candidato ali, que além de “domínio particular” daquele Cavalcanti o teria no posto de presidente da mesa eleitoral, era tudo que Nabuco poderia esperar da parte do presidente do seu partido para obter sucesso nas urnas. Nesse arranjo eleitoral, em conformidade com o dito popular, uma mão lavava mesmo a outra. De um lado, o governo central (ministro) e do outro o local (Camaragibe) trabalhando em prol da vitória guabiru nas eleições. Contudo, embora via de mão dupla nessa relação de força, acreditamos que quase sempre o poder central possuía maior peso decisório, ao contrário do que afirma parte da historiografia que situa ambos os poderes (local e central) em igualdade de posição (GRAHAN: 1986). Quanto a isso é sintomático que durante o período de dominação do Partido Progressista, em 1864, não conseguiram os *guabirus* sequer eleger deputado geral o chefe de seu partido. No distrito do Recife, que incluía o reduto político de Camaragibe na zona da mata, os eleitos foram dois progressistas, um, outrora conservador, era Francisco Paes Barreto e o outro, Nascimento Feitosa, no passado liberal. Dos liberais históricos, elegeu-se nesse distrito Urbano Sabino de Mello, uma das mais conhecidas lideranças dos Praieiros. Tal resultado das urnas levaria um dos deputados eleitos, Paes Barreto, a confidenciar ao Marquês de Olinda que os *guabirus* “estavam em Perfeito engano quando supunham que o poder de que dispunham provinha deles e não do governo” (Carta de 20/07/1862, Coleção Marquês de Olinda, Lata 213, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro).

Além das eleições, cabia a Camaragibe, como chefe partidário, outras tantas tarefas políticas não menos importantes. Uma delas consistia em acompanhar o desempenho e posições dos deputados da bancada guabiru na Câmara, nas votações do orçamento e nas de reformas, como a eleitoral, de 1855, e a Bancária, de 1859. Para tanto contava com os deputados mais chegados, que sempre lhe escreviam sobre quase tudo. Essa correspondência nos sugere que esse chefe *guabiru* cobrava obediência da bancada pernambucana o tempo todo. Um dos seus amigos mais próximos, o ultraconservador Monsenhor Pinto de Campos, assim lhe noticiou a postura dos seus companheiros de bancadas na Câmara:

Augusto [de Oliveira] e [Antonio Carlos] Brandão são dois homens insubordinados. Meteu-se em cabeça de ambos serem grandes oradores e hei-los

comprometendo-nos a cada momento. Ultimamente Brandão se tem separado de nós na votação de confiança do governo, de sorte que tem votado inteiramente contra todas as reformas de Nabuco. Nesta parte também não é muito inocente o nosso [Paula] Batista (Carta datada de 10/08/1854, AVC).

Na discussão parlamentar da reforma bancária de 1859, o deputado Francisco Aguiar, em duas correspondências, lamentava informar a Camaragibe a divisão da bancada pernambucana em torno dessa matéria (Correspondências de 22/06 e de 20/07/1859, AVC). Comunicava-lhe também que votaria favoravelmente ao projeto e recomendava que aconselhasse os demais integrantes de sua bancada a fazerem o mesmo. Tal reforma, contrariava a todos os esforços do Liberal e ministro de Estado Souza Franco para ampliar e liberalizar o crédito do país. Fiel às ideias conservadoras opostas, restritiva dos bancos e da moeda, trabalhava Camaragibe no sentido contrário com afinco. No mesmo sentido, na qualidade de membro da diretoria do Banco de Pernambuco, votou contra uma representação que criticava a reforma bancária em questão (*A Ordem*, 29/07/1859). Podia-se ver ainda essa liderança *guabiru* convocando e dirigindo uma reunião, no Recife, na casa do Barão de Guararapes, para tratar da “marcha do seu partido” (*A Ordem*, 9/04/1861) ou atendendo um pedido de um amigo de sua região, João Juvêncio de Aguiar, de assessorar um parente seu que debutava na política na capital como parlamentar, de modo a mantê-lo fiel ao Partido Conservador e longe do Progressista (Carta de 17/05/1863).

Registro de sua liderança numa reunião dos representantes dos acionistas da Companhia de Pernambuco pode ser encontrado no jornal a *Província* (20/04/1874). Não escapava ele também de ter de comparecer as solenidades e festas associadas a toda personalidade pública, como aconteceu por ocasião da visita de D. Pedro II a Pernambuco, em 1858, quando teve o privilegio de participar de uma “contradança” com a imperatriz, num baile que parou a capital da Província, promovido pela Associação Comercial, com cerca de 1.400 convidados (*Jornal do Recife* de 24.12.1859). Mas desse total, pouquíssimo foram os políticos que tiveram a hora daquela dança!

As redes que teceu na sociedade foram variadas, tendo tentáculos em várias esferas. Além de cargos legislativos que acumulou na Assembleia provincial e Câmara dos Deputados, praticamente monopolizou, por um bom tempo, a direção bancos de Pernambuco e da filial do poderoso (terceiro) Banco do Brasil. Foi ainda, por muitos anos, diretor da

Faculdade de Direito. Neste último posto, através de suas cartas, percebia-se a sua influência sobre a escolha dos docentes dessa instituição de ensino superior, pois, como se expressou um interessado à Camaragibe “os esforços dos meus dois competidores nada pode contra o protegido de V. Ex.^a.” (Carta de 15/08/1862). Noutros postos ligados ao governo também não faltava gente para valer-se de seu prestígio e poder para ocupá-los. Caso da viúva e Baronesa de Vitória, que depois de chorar muita miséria, rogava numa missiva a sua colaboração em favor do ingresso de seu filho na administração da Justiça (Carta de 24/04/1862, AVC). Esses favores prestados a tantos solicitantes alimentavam, com certeza, as práticas clientelistas que garantiram a Camaragibe fidelidade e lealdade política de muitos.

Seu inventário nos revela bem a dimensão de seu envolvimento no mundo das finanças e negócios e da sua condição social. Além de dois engenhos (Camaragibe e Timby), possuía 100 ações do Banco de Brasil, avaliadas cada uma em 200 mil réis, 40 ações da Companhia Pernambucana, 200 mil réis cada, 120 apólices da dívida pública, de um conto de réis cada, 40 ações da Companhia de Seguros, com capital obtido de oito contos de réis e 68 ações da Companhia do Beberibe, 50 mil réis cada (CADENA, 2011: 171), além de muitos armazéns e imóveis urbanos. Fazia parte, portanto, do seleto grupo socioeconômico de proprietários de engenhos e de “capitalistas” que chegariam ao Senado, já que não houve predominância de pessoas oriundas desse grupo na Câmara vitalícia, que era uma das portas de entrada nas altas instâncias do poder na Corte, dado a vitaliciedade e prestígio desse cargo. Afinal, segundo a historiografia, (CARVALHO, 2003: 105) apenas 14,58% dos senadores, na década de 1853-1871, eram oriundo da classe proprietária e negociante. Como se não bastasse tudo isso, na qualidade de diretor e lente da Faculdade de Direito (Recife), respondeu também pela formação dos quadros da elite política imperial e de boa parte da burocracia de Estado.

Por fim, seria importante ressaltar que, apesar da pouca fidelidade partidária dos políticos imperiais tão destacadas por toda a historiografia, o Visconde de Camaragibe, que não era dado a discursar no Parlamento e a escrever na imprensa, nem a fazer *meetings*, como alguns integrantes do seu partido fizeram nos tempos da dominação Praieira⁵, sempre foi um homem de convicções políticas sólidas, permanecendo fiel ao *Regresso* até o fim de sua vida, o que lhe valeu, em algumas conjunturas, o ostracismo do poder e, permanentemente, a alcunha de “emperrado” e “conservador vermelho” pelos seus inimigos.

⁵ Caso do Barão da Boa Vista na campanha eleitoral senatorial de 1847 (ROSAS: 2012:132).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BERNARDES, Antonio Denis. *O patriotismo constitucional, 1820-1822*. Recife: Editora Universitária da UFPE/HUCITEC, 2002.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado; trajetórias políticas dos Cavalcanti Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sobras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário de pernambucanos ilustres*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura, 1983.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Barão de Vila Bela e sua época*. Brasília, Senado Federal, 1986.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

NETTO Campelo, Manoel. *História parlamentar de Pernambuco*. Reprodução fac-similar da Ed. De 1923. Recife: Assembleia Legislativa, 1979.

ROSAS, Suzana Cavani. "Os meetings como cultura política do Segundo Reinado". In *Poder sociabilidades e ambiente*, Patrícia Pinheiro de Melo e Suzana Cavani Rosas(Orgs.). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.